

A Geografia na Contemporaneidade

2

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Geografia na Contemporaneidade 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 A geografia na contemporaneidade 2 [recurso eletrônico] / Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-019-3

DOI 10.22533/at.ed.193182112

1. Geografia – Educação. 2. Geografia humana. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 910

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“A Geografia na Contemporaneidade- Geografia, educação e território”* aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu II volume, apresenta, em seus 26 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase na educação, comunidades tradicionais e território.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, educação, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras, etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como educação, comunidades tradicionais, território.

Neste sentido, este volume é dedicado a Geografia humana. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos Geógrafos e profissionais de áreas afins, em desvendar a realidade dos espaços geográficos.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

GEOGRAFIA, EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO

CAPÍTULO 1	1
COMO APRENDEMOS A ENSINAR GEOGRAFIA? A EXPERIÊNCIA DO PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL	
Ana Carolina Lydia	
DOI 10.22533/at.ed.1931821121	
CAPÍTULO 2	16
GEOGRAFIA NAS SÉRIES INICIAIS: OBSERVAÇÃO DO ENSINO E UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DO ALUNO E DO PROFESSOR NA CIDADE DE CAICÓ/RN	
Iapony Rodrigues Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.1931821122	
CAPÍTULO 3	25
O CONCEITO DE LUGAR NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS	
Ismael Donizete Cardoso de Moraes	
Vanilton Camilo de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1931821123	
CAPÍTULO 4	36
POLÍTICA PÚBLICA “ESCOLA DA TERRA”: PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA OS PROFESSORES DAS ESCOLAS DO CAMPO NA BAHIA	
Cássia Hack	
Celi Nelza Zülke Taffarel	
Sicleide Gonçalves Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.1931821124	
CAPÍTULO 5	48
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E AS DICOTOMIAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1931821125	
CAPÍTULO 6	63
AÇÕES PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA AOS HAITIANOS NO BRASIL	
Fátima Regina Cividini	
Valdir Gregory	
DOI 10.22533/at.ed.1931821126	
CAPÍTULO 7	76
COMUNIDADE QUILOMBOLA DO MARACUJÁ EM CONCEIÇÃO DO COITÉ- BA: UMA LEITURA SOCIOESPACIAL DA REALIDADE.	
Romisval Silva dos Santos	
Elane Bastos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1931821127	

CAPÍTULO 8 83

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDOS DE PASTO NA DEFESA PELOS DIREITOS TERRITORIAIS: O QUE ESPERAR DA LEI ESTADUAL 12.910/2013

[Vanderlei Rocha Lima](#)

DOI 10.22533/at.ed.1931821128

CAPÍTULO 9 95

O RETORNO DOS KAINGANG À TERRA INDÍGENA INHACORÁ APÓS A DESAPROPRIAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

[Alice do Carmo Jahn](#)

[Gabriela Manfio Pohia Lisboa Neris](#)

[Elaine Marisa Andriolli](#)

[Antônio Joreci Flores](#)

[Maria da Graça Porciúncula Soler](#)

DOI 10.22533/at.ed.1931821129

CAPÍTULO 10 109

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVA ESMERALDA DO TERRITÓRIO RURAL DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA - RS

[Alessandra Daiana Schinaider](#)

[João Ernesto Pelissari Candido](#)

[Daiane Netto](#)

[Anelise Daniela Schinaider](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211210

CAPÍTULO 11 118

O ESTADO QUE DÁ COM UMA MÃO E NEGA COM A OUTRA: A ATUAL CUJUNTURA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO BRASIL PELO Cimi

[Yasmine Altimare da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211211

CAPÍTULO 12 127

TERRITORIALIDADE CONSCIENCIOLÓGICA: CARACTERIZAÇÃO DE UM FLUXO MIGRATÓRIO FRONTEIRIÇO

[Cristiane Ferraro Gilaberte da Silva](#)

[Valdir Gregory](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211212

CAPÍTULO 13 141

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E O TURISMO COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA

[Guilherme de Barros Melo](#)

[Orlando Bispo dos Santos.](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211213

CAPÍTULO 14 152

TRAMAS QUE APROXIMAM A JUVENTUDE RURAL NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ: OLHARES DESDE AS IDENTIDADES, A AUTONOMIA E A TERRITORIALIDADE

[Cristiane Tabarro](#)

[Alvori Ahlert](#)

[Valdinéia Ferreira](#)

DOI 10.22533/at.ed.19318211214

CAPÍTULO 15	165
O DESEMPENHO DA POLÍTICA TERRITORIAL NO DESENVOLVIMENTO RURAL DO TERRITÓRIO VALE DO PARAÍBA	
Maria José Ramos da Silva Renata Felinto Farias Aires Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho	
DOI 10.22533/at.ed.19318211215	
CAPÍTULO 16	182
OS CONFLITOS NO CAMPO DO TOCANTINS: A BARBÁRIE PERMANECE	
Alberto Pereira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.19318211216	
CAPÍTULO 17	193
UM OLHAR SOBRE O TERRITÓRIO	
Julie Mathilda Semiguem Pavinato Emerson Ferreira da Silva Irene Carniatto	
DOI 10.22533/at.ed.19318211217	
CAPÍTULO 18	208
AS TESSITURAS DO MUNDO DO TRABALHO EM ITABAIANA-SE	
José Danilo Santos Cavalcanti de Araujo Maria Morgana Santos Santana Lucas de Andrade Lira Miranda Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.19318211218	
CAPÍTULO 19	218
DO CONCRETO A MEMÓRIA: O MONUMENTO COMO REPRESENTAÇÃO	
Samuel Cabanha André Avelino Cabanha	
DOI 10.22533/at.ed.19318211219	
CAPÍTULO 20	233
ELEMENTOS ESPACIAIS E CENTRALIDADE PERIFÉRICA - O CASO DE TEFÉ NO AMAZONAS	
Kristian Oliveira de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.19318211220	
CAPÍTULO 21	249
FORMAS DE ACESSO Á TERRA EM FEIRA DE SANTANA (BA): UMA ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO.	
Ângela Carine Felix de Oliveira Matos Gilmar Oliveira da Silva Elane Bastos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.19318211221	
CAPÍTULO 22	260
REPRESENTAÇÕES DOS CONSELHEIROS SOBRE A ARTICULAÇÃO CULTURA E NATUREZA NA GESTÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERRA DONA FRANCISCA	
Fernanda Dalonso Mariluci Neis Carelli	
DOI 10.22533/at.ed.19318211222	

CAPÍTULO 23	269
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, ESPECULAÇÃO FUNDIÁRIA E O CONJUNTO HABITACIONAL NAIR BARRETO NA CIDADE DE XIQUE-XIQUE-BA	
Janes Terezinha Lavoratti Marciel Todão da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.19318211223	
CAPÍTULO 24	280
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES PEQUENAS: UM ESTUDO DE GUARACIAMA/MG	
Aline Fernanda Cardoso Valéria Aparecida Moreira Costa Iara Soares de França	
DOI 10.22533/at.ed.19318211224	
CAPÍTULO 25	294
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG, NO PERÍODO 1850/1920: POPULAÇÃO, CAFÉ E TERRITÓRIO	
Pedro José de Oliveira Machado	
DOI 10.22533/at.ed.19318211225	
CAPÍTULO 26	309
TURISMO RELIGIOSO: UMA ANÁLISE DO SANTUÁRIO BOM JESUS DA CANA VERDE – SIQUEIRA CAMPOS – PR	
Guilherme Ferrari Oliveira Rodrigo Aparecido Mendonça Vanessa Maria Ludka	
DOI 10.22533/at.ed.19318211226	
SOBRE A ORGANIZADORA	319

DO CONCRETO A MEMÓRIA: O MONUMENTO COMO REPRESENTAÇÃO

Samuel Cabanha

Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras – UNIOESTE (2017). Especialista em Educação – UTFPR (2009), Especialista em Terapia Cognitiva pelo Instituto Paranaense de Terapia Cognitiva – IPTC (2015), Graduado em Psicologia pela UCA (2007).

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Foz do Iguaçu – Paraná

André Avelino Cabanha

Pós-graduado em Filosofia e Sociologia nível Especialização pela UNIAMÉRICA (2013). Pós-graduado em Educação Especial pela Faculdade de Administração Ciências Educação e Letras FACEL (2015). Graduação em História pela Faculdade UNIAMÉRICA (2012).

Secretaria da Educação do Estado do Paraná – SEED/PR

RESUMO: O artigo traz a tona um aspecto histórico imerso no presente e, busca contextualizar um monumento como representação material que refaz memória. Para isso, propõe-se a análise do monumento erigido no município de Santa Helena – PR, em memória à marcha de Luiz Carlos Prestes. O objetivo central do estudo é explorar se essa representação material de um evento passado funciona como uma forma simbólica de instituição de um lugar de memória através

de ritualização e de uma intervenção urbana. A metodologia adotada foi à revisão bibliográfica, sendo que o levantamento dos dados consistiu na pesquisa documental clássica, e em parte, no uso de fontes impressas (folders, fotografias e matérias de jornais). O arcabouço teórico gira em torno de discussões que envolvem os conceitos ligados à história e memória. Como resultado, se observa a disputa pela preservação da memória, o que se evidencia através da articulação entre a representação do monumento e a tentativa de ritualização em torno do lugar, e, nesse sentido, foi possível verificar que o município ao contextualizar o monumento e refazer sua história, refaz e concretiza memórias, pois a memória está concretizada ali. Dessa forma, este estudo contribui para a produção do conhecimento e serve de pano de fundo e abertura para estudos futuros.

PALAVRAS-CHAVE: Territorialidades. Memória. Monumento. Santa Helena. Coluna Prestes.

ABSTRACT: The article brings to the fore a historical aspect immersed in the present and seeks to contextualize a monument as a material representation that evokes our memories. For this, it is proposed an analysis of the monument erected in the municipality of Santa Helena - PR, in memory of the march of Luiz Carlos Prestes

should be made. The central objective of the study is to explore whether this material as a representation of a past event, functions as a symbolic form of institution of a place of our memory through ritualization and urban intervention. The methodology adopted was a bibliographical review, and the data collection consisted of classic documentary research, and partly the use of printed resources (folders, photographs and newspaper articles). The theoretical framework revolves around discussions that involve concepts related to history and memory. As a result, the dispute for the preservation of memory is observed, which is evidenced by the articulation between the representation of the monument and the attempt of ritualization around the place, and in this sense, it was possible to verify that the municipality in contextualizing the monument and to remake history, remakes and concretizes memories, because the memory is fulfilled there. Thus, this study contributes to the production of knowledge and serves as a background and openness for future studies.

KEYWORDS: Territorialities. Memory. Monument. Saint Helen. Prestes Column.

1 | INTRODUÇÃO

A ideia de escrever este artigo surgiu a partir do interesse em estudos relacionados aos eixos temáticos valorizados pela nova história cultural, a saber, imaginários, memória e territorialidades, assuntos abordados nas disciplinas “Memória, Identidade e Patrimônio Cultural: Diálogos e Fronteiras” e “Territórios, Territorialidades, Poder, Fronteiras e Redes”, disciplinas do programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras, da UNIOESTE, campus de foz do Iguaçu.

Para elaboração do artigo foi necessário também uma visita ao município de Santa Helena – PR (figura 1), a fim de conhecer um pouco da história local e da história da construção do monumento em memória a Coluna Prestes, nosso “objeto” de análise. O monumento foi construído em anexo aos resquícios da antiga Ponte Queimada, localizada as margens do Rio São Francisco Falso, no município de Santa Helena. É uma obra estruturada em concreto armado, com 15 metros de altura (simbolizando os 25 mil quilômetros percorridos pela coluna), cuja obra foi projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Além do obelisco, no local do memorial existe uma pedra fundamental onde a “memória” está grafada em uma placa de bronze afixada a um pilar de concreto com a inscrição referente à Marcha da Coluna Prestes.



Figura 1 - Mapa do Estado do Paraná, cidade de Santa Helena em destaque.

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Helena_\(Paran%C3%A1\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Helena_(Paran%C3%A1))

O objetivo central do estudo foi explorar se essa representação material de um evento passado, “criado” a fim de compor a paisagem, “funciona” como uma forma simbólica de lugar de memória, de imaginários e de territorialização por parte dos moradores de Santa Helena. Nesse sentido, este artigo segue a vertente do discurso de negação da tradição historiográfica com ideias universais, refutando a modernidade com valores expressos no progresso, no otimismo, na linearidade do tempo, como bem aponta Pesavento:

A nova tendência passou a afirmar a não existência de verdades absolutas, marcando o recuo de uma posição cientificista herdada do século passado. Estimulando novos olhares e abordagens com a realidade, em uma e outra vertente, a história social dos anos 60 e 70 restabeleceu o ofício do historiador. Como um mestre da narrativa, este é alguém que munido de um método, resgata da documentação empírica as “chaves” para recompor o encadeamento das tramas sociais (PESAVENTO, 1995, p.12).

Dessa forma, esse estudo busca explorar essa trama social, de modo a evidenciar memórias, imaginários e territorialidades e à representação coletiva em torno do memorial. Assim sendo, busco explorar sucintamente o processo de idealização e construção do monumento, pois tal fato requer uma análise crítica, pois “os monumentos não são apenas objetos estéticos”. É nesse sentido que esse texto pretende contribuir para constituição de fontes, a fim de explicar um pouco da história do município de Santa Helena, em dado período de tempo.

2 | METODOLOGIA

Ainda que necessário à visita ao município de Santa Helena, pode se dizer que do ponto de vista dos procedimentos metodológicos utilizados, não se trata de um estudo de campo, mas de uma pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, a pesquisa seguiu os

pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa qualitativa, pois se delimitou a uma sucinta análise historiográfica. Ainda no tocante a metodologia, segundo Demo (1998) a pesquisa qualitativa é o tipo de pesquisa que confronta o paradigma positivista, porém, “sem destruir o legado formal da ciência” (DEMO, 1998, p. 89). Para tanto, utilizou-se de ilustrações, trechos de discursos, uso de materiais publicados em livros, periódicos e de sítios eletrônicos. As imagens e fotografias foram utilizadas porque servem como um precioso recurso metodológico, pois segundo a perspectiva da escola de Analles, elas podem ser utilizadas como uma possibilidade construtiva e interpretativa da historiografia. Dessa forma, a metodologia adotada bem como a apresentação do texto, foi orientada a facilitar a compreensão dos lugares de memórias e das imagens como fontes do conhecimento.

3 | A CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO EM SANTA HELENA: TERRITORIALIDADE E CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MEMÓRIA

É notório que na busca por registrar na memória aquilo que é história, alguns “agentes” procuram viabilizar diversas formas de registro daquilo que será considerado história, a saber, daquilo que deve ser lembrado e daquilo que deve ser esquecido. Além da construção do monumento no município de Santa Helena, que é nosso foco de discussão, há outros monumentos com o mesmo significado [... e ou semelhantes...] que foram erguidos em outras cidades do país, a exemplo do monumento no município de Crateús no estado do Ceará, da presença de um monumento no município de Palmas, em Tocantins, e da presença de um monumento no município de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, onde existe o Memorial Coluna Prestes, que reúne grande acervo de materiais, além da existência de monumentos semelhantes em outras cidades brasileiras.

O objetivo não é especular a necessidade que houve em se “demarcar” o trajeto por onde a Coluna Prestes marchou, ou as características políticas e ideológicas que marcaram a Coluna Prestes naquele momento histórico, mas sim, compreender como se deu a ideia inicial da construção do monumento em Santa Helena, buscando dialogar o monumento como um espaço de reivindicação da memória e de territorialização, em específico, a criação de um “marco” da história do município de Santa Helena, e da região oeste do Paraná.

Nesse sentido, de acordo com Pierre Bourdieu (1989):

“A região é o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas, não só geógrafos, é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de ‘regionalização’ e movimentos ‘regionalistas’, economistas e sociológicos” (BOURDIEU, 1989, p. 118).

Tal assertiva não está distante do que nos ensina Candau, que diz que “a memória nos dará esta ilusão: o que passou não está definitivamente inacessível, pois

é possível fazê-lo reviver graças à lembrança” (CANDAUI, 2011, preâmbulo).

Seguindo essa compreensão, Pierre Nora (1993) nos diz que:

“[...] a plasticidade e a problemática dos lugares de memória está justamente no fato de eles constituírem em uma construção histórica e, por isso mesmo, estarem sujeitos a interesses particulares que desejam, por meio da preservação desses lugares, os tornar pontos de referência como “marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade” (NORA, 1993, p. 13).

E tal fato é inteligível, pois cada município procura uma forma de construir seu território, sua territorialidade, sua memória, sua história. Essa profunda e urgente necessidade de trazer a lembrança, fatos, acontecimentos, ou até mesmo suas lendas-urbanas se dá porque cada local trabalha e cria sua história, na medida em que fala sobre si e para si mesmo. Na perspectiva de Pierre Nora, esses lugares de memória surgem a partir do momento em que a memória se torna o resultado de uma organização voluntária, intencional e seletiva, ou seja, “menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas” (NORA, 1993, p. 14).

Daí a necessidade de acumular vestígios, testemunhos, documentos sobre o passado, que se tornarão provas e registros daquilo que se foi. Instituições como museus, arquivos e bibliotecas surgem com a finalidade de salvaguardar uma memória que deixou de ser múltipla e coletiva, para se tornar única e sagrada.

Ainda segundo este mesmo autor, ele nos diz que:

“Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13).

Considerando que os monumentos nada mais são do que a materialização de territorialidades e discursos, de bricolagens, de disputas e apropriações de memória(s), se compreende que movimento e monumento buscam algo maior, a saber, a construção social da memória através da disputa pela memória [...]. Ao falarmos de movimento, estamos a falar da memória a ser construída (a ser visitada ou revisitada), a saber, da necessidade de um suporte exterior, de uma referência tangível, ou seja, do movimento que preexiste antes da ideia se materializar, antes da ideia tomar corpo como um monumento, um obelisco, um memorial, etc.

Portanto, a luta para a construção da memória através de um monumento nada mais é [...], que a tentativa de estabelecer laços de identidade individual e coletiva, e não foi diferente no município de Santa Helena, pois a ideia gesta em um tempo e espaço pela sociedade que cria monumentos, pois conforme Le Goff (2013):

“[...] o grupo vê um fator de unificação nos monumentos da sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retém do seu passado as confirmações da sua unidade presente. É por isso que não há nada que seja mais decente, que estabeleça mais a confiança e seja mais edificante que um álbum de família: todas as aventuras singulares que a recordação individual encerra na particularidade de um segredo são banidas e o passado comum ou, se se quiser, o menor denominador comum

do passado, de nitidez quase coquetista de um monumento funerário freqüentado assiduamente” (LE GOFF *Apud* BOURDIEU, 2013, p. 426).

Nesse sentido, parafraseando Nora (1993, p. 13), o Memorial coluna Prestes, em suma, se constitui em um lugar de memória, que atua como um componente contra o apagamento da memória, na medida em que serve de “fonte” de lembrança do passado que é colocada a disposição do povo santa-helenense.

4 | A CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO E O MONUMENTO COMO TERRITORIALIDADE E REIVINDICAÇÃO DA MEMÓRIA

O projeto do memorial foi idealizado pelo Arquiteto Oscar Niemeyer, retratando a rota da Coluna Prestes e sua passagem pelo Município de Santa Helena em Abril de 1925. O monumento está localizado às margens da rodovia PR-488, sendo que foi construído junto aos resquícios da Ponte Queimada, ponte sobre o Rio São Francisco Falso, que liga o município de Santa Helena ao município de Diamante do Oeste. O monumento a Coluna Prestes foi tombado pelo patrimônio municipal através do Decreto nº 1007/95, e foi idealizado durante o mandato do senhor Júlio Morandi, ex-prefeito do município de Santa Helena.

A ideia da construção do monumento no município de Santa Helena se deu no ano de 1995, sendo que é impossível atribuir a ideia da construção do monumento a um único indivíduo ou grupo, porém é evidente que havia interesses municipais em transformar o local em um ponto turístico (patrimônio cultural), conforme pode ser verificado na figura 2.



Figura 2 – Projeto de Niemeyer, construído em Santa Helena – PR, em homenagem a Coluna Prestes.

Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/paginasmenusec.php?id=56&setor=9&setor=9>

Seria muito simplista de nossa parte afirmar que a construção do monumento obedece a uma única finalidade, mas é possível destacar alguns fatores importantes, e dentre esses fatores, dois merecem destaque; em primeiro plano, é crucial dizer que

a construção do monumento está associada à idéia da memória como um agente de promoção do turismo local, a exemplo disso, o Memorial Coluna Prestes é apontado como um local de memória digno de ser conhecido, conforme se vê no folder publicitário elaborado pela prefeitura de Santa Helena (Figura 3).



Figura 3 - Prefeitura Municipal de Santa Helena. Folder de Propaganda: Santa Helena: Terra das Águas. (Fragmento). s/d. Acervo do Autor. (Distribuído em 2004).

Fonte: Langaro, J. F. Para além de pioneiros e forasteiros: outras histórias do oeste do Paraná/Jiani Fernando Langaro.- Uberlândia, 2005. 280f

Em segundo plano, o monumento tem a finalidade de infundir territorialidade e de instituir a memória, buscando formar uma coesão identitária do povo santa-helenense em torno do memorial. Nesse mesmo sentido, pode se dizer que isso é verdadeiro, “pois são territorialidades também, as expressas nos costumes, nos ritmos, os ritos e nos valores desses povos” (SOUZA, 2009, p. 105). Cabe destacar também a frase escrita na placa de bronze junto ao monumento, onde se encontra escrito que a finalidade da coluna era “construir um Brasil onde os ideais liberais de representação política e justiça conquistassem o devido lugar na vida nacional”, cuja frase busca promover uma “heroicização” dos integrantes da coluna, fazendo com que esse processo de heroicização favoreça uma postura de aproximação empática do cidadão santa-helenense em torno de sua territorialidade e em torno do memorial. Dessa forma, o município de Santa Helena cria um dos alicerces para a formação da identidade santa-helenense, na medida em que retrata o memorial como um “lugar de memória”.

Tal fato é compreensível, haja vista que Santa Helena se tornou município apenas no ano de 1967. Para que este exercício de identificação ocorra (resgate da memória, a fim de desencadear uma ligação entre o cidadão e suas raízes), o município promove uma ritualização, pois a experiência vivenciada na ritualização pode trazer a tona diversas leituras possíveis acerca do memorial, ou seja, se percebe que houve a necessidade de sacralizar (figuras 5, 6 e 7) através da organização de um evento, o qual se denominou como “Primeiro Acantonamento”, cujo lema era, “Povo que não

tem memória não tem história!”.

Com o objetivo de reviver a história (trazer a lembrança) e aumentar o turismo é que a Prefeitura Municipal de Santa Helena, através da então Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Administração Portuária de Santa Helena realizou no dia 20 de abril de 2013 o primeiro Acantonamento Comitivas da Esperança no Memorial da Coluna Prestes, buscando reviver a história de Santa Helena em torno do Memorial Coluna Prestes (Figuras 4, 5 e 6).



Figuras 4, 5 e 6: Em 20 de Abril de 2013 o Acantonamento reviveu a história de Santa Helena e movimentou o Memorial Coluna Prestes.

Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/noticiasmenuudir.php?id=30>

5 | MEMÓRIA COMO FONTE DE PESQUISA E MEMÓRIA COMO EXERCÍCIO DE IDENTIFICAÇÃO

Sobre o estudo da memória, é importante considerar que todo estudo a respeito desse tema nasce de uma prática necessariamente interdisciplinar. Além disso, ao se trabalhar com história e memória, é importante estabelecer relações éticas com o que se propõe a analisar, buscando se aproximar da verdade, mesmo sabendo que “a posição da verdade na História não é a mesma daquela identificada em outros campos do conhecimento humano, mas sim decorre das infinitas análises e interpretações construídas pelos investigadores para compreender o passado [...]” (FERNANDES, 2011, p. 12), e, ter muito cuidado e responsabilidade com o material produzido e distribuído.

Mas, afinal de contas, o que é a memória em pesquisa?

A memória pode ser considerada como uma trilha (um caminho a se construir e/ou desconstruir) que o historiador pode transformar em fonte para sua pesquisa. A memória é um fragmento que obstina-se em ficar entre nós, que nos auxilia a criar elos, a estabelecer laços de identidade individual e coletiva. É por meio da recordação e da revivificação que muitas conexões são criadas no âmbito pessoal e coletivo. A memória se erige no embate entre os diversos campos da memória (coletivos e individuais) e na tensão entre passado, presente e futuro. Assim, a memória é constituída a partir dessa

numerosa rede relacional, e segundo Todorov (2002) [10], o ponto crucial é procurar “entender que memórias individuais e coletivas interagem para formar uma identidade memorial”, e nesse mesmo sentido, este autor nos diz que:

“A recordação do passado é necessária para afirmar a própria identidade, tanto individual como de grupo. Um e outro também se definem, evidentemente, por sua vontade no presente e seus projetos de futuro; mas não podem prescindir dessa primeira lembrança” (TODOROV, 2002: 199).

Segundo Jacques Le Goff (2013, p. 387), “a memória pode ser considerada como a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas”. O estudo da memória passa da Psicologia à Neurofisiologia, com cada aspecto seu interessando a uma ciência diferente, sendo a memória social um dos meios fundamentais para se abordar os problemas do tempo e da História”. A memória está no próprio assento da História (história e memória se mesclam e se fundem), confundindo-se com o documento, com o monumento e com a oralidade.

Dessa forma, uma historiografia (um pesquisador, um grupo, um fato, etc.) sobre a memória pode produzir outras memórias e esquecimentos, e, por sua vez, memórias e esquecimentos podem construir identidades coletivas e individuais. Ademais, segundo a compreensão do conceito de memória apresentado por Pollak, enquanto representações de um momento histórico e de lutas para fixar uma visão/posição, a memória é “um elemento constituinte de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou um grupo em sua reconstrução em si.” (POLLAK, 1992, p. 204). Mas qual a relação da memória com a presença do memorial em Santa Helena?

O memorial busca revificar, ou seja, trazer a tona um processo histórico que está imerso no presente. Como num movimento de vai e vem, quer visitar um acontecimento de tempos idos, e desta forma, fazer a intersecção entre passado, presente e futuro, pois a(s) memória(s) são dinâmicas e podem ser reivindicadas a qualquer momento.

No caso do Memorial Coluna Prestes, o município de Santa Helena se apropria e trás a tona o que nos diz Le Goff, ou seja, “busca constituir uma memória coletiva, pois é através da recordação e da tradição que ocorre a manifestação da memória” (LE GOFF, 2013, p. 435).

6 | CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A MARCHA DE PRESTES E A PASSAGEM POR SANTA HELENA EM 14 DE ABRIL DE 1925

A Coluna Prestes, originalmente chamada de Coluna Miguel Costa Prestes, foi um movimento que durante 25 meses percorreu cerca de 25 mil quilômetros e obteve

várias vitórias contra as forças legalistas, mas não teve sucesso em sua tentativa de sublevar as populações do interior contra o presidente Artur Bernardes e a oligarquia dominante. Com o fim do mandato de Artur Bernardes, em 1926 a Coluna entrou na Bolívia e se dissolveu no início do ano seguinte.

O movimento revolucionário teve início na cidade de Alegrete (sul do Rio Grande do Sul). A Coluna Prestes, como ficou conhecida, foi um movimento político militar brasileiro que se deu entre os anos de 1925 e 1927, estando ligado diretamente ao surgimento do Tenentismo, que foi uma corrente de pensamento que, em linhas gerais, tinha por características a insatisfação com a República Velha, a exigência do voto secreto, fim da exploração dos mais pobres pelos coronéis, acabar com a falta de democracia, acabar com as fraudes eleitorais, instituir o ensino fundamental a todos os brasileiros, acabar com a miséria e a desigualdade no país, etc. O movimento contou com líderes de diversas correntes políticas, mas em sua grande maioria, o movimento era composto por militares, a saber, oficiais subalternos, capitães e tenentes de classe média. O nome mais expoente desse movimento foi o Capitão Luiz Carlos Prestes, alcançando uma tremenda popularidade, sendo conhecido como o “Cavaleiro da Esperança”.

A Coluna Prestes teve origem após o fracasso da Revolução Paulista de 1924, sendo que em Agosto deste mesmo ano os sobreviventes desse movimento se refugiaram no Oeste do Paraná. É nessa região que se reúne ao grupo o Capitão do exército Luiz Carlos Prestes, quem no Rio Grande do Sul havia formado um grupo armado para apoiar o levante de São Paulo. Como a revolta não logrou êxito no Rio Grande do Sul, os “insurgentes” se dirigiram a Região Oeste do Paraná. A Coluna contava com cerca de 1500 soldados, participantes da Revolução Paulista (dirigidos por Miguel Costa), sendo que os gaúchos se uniram em torno do nome de Prestes. Mesmo com a oposição do governo federal a Prestes, e sua inferioridade numérica, Prestes se negou a submeter-se e direcionou seus seguidores em direção ao norte, cruzando o estado de Santa Catarina, em direção ao Oeste do Paraná.

Essa primeira ação tinha como objetivo engrossar as fileiras da Coluna Paulista, que se encontrava na mesma região. No mês de abril de 1925, os militares gaúchos concluíram seu plano após sofrer várias perdas nos confrontos com as tropas oficiais, e logo após rumaram a Santa Helena, objetivando em caso de necessidade, chegar a Guaíra, tendo como possível rota de fuga o país do Paraguai. Posteriormente, atravessaram um trecho do território paraguaio, entrando novamente no Brasil, no Mato Grosso do Sul. Um fator que ajudou no caráter legendário da Marcha de Prestes foi a sua duração e a extensão percorrida, cerca de 25.000 quilômetros num período de dois anos (Figura 7), atravessando treze Estados brasileiros.



Figura 7 - Mapa da marcha da Coluna Prestes e batalhas.

Fonte: <http://terceiraopensandoaltohbr.blogspot.com.br/search?q=coluna>

No período em que atravessou várias cidades do país, tentou mobilizar as populações locais a se voltarem contra a opressão política das oligarquias. No entanto, a ausência de um projeto político mais claro impossibilitou a formação de um movimento suficientemente forte para derrubar as autoridades estabelecidas.

Em fevereiro e março de 1927, Prestes e seus seguidores, já em pequeno número, cruzaram a fronteira rumo ao exílio, ao carecerem de forças (soldados e logística militar) para continuarem a luta armada. Com o passar do tempo, vários “insurgentes” regressaram ao Brasil, alguns aderindo ao movimento de Getúlio Vargas em 1930, outros, a exemplo de Prestes, se filiaram ao movimento comunista brasileiro.

Mas qual a relação desse movimento revolucionário com o município de Santa Helena e com o povo santa-helenense? É na passagem da Coluna Prestes por Santa Helena, em 14 de Abril de 1925, em suas andanças e combates pela região, quando perseguidos pelas tropas legalistas comandadas pelo general Cândido Rondon, que os revolucionários de Prestes, em retirada, queimaram a ponte sobre o Rio São Francisco Falso, construída pela Companhia Domingos Barthe no início deste século, e que após este episódio ficou conhecida como Ponte Queimada, cujos vestígios são visíveis até o dia de hoje (Figura 8). É a partir da revivência desse fato (dessa marca) que o memorial pôde tomar corpo, ou seja, é a partir da elaboração da ideia e da construção do memorial que é possível fazer uma interseção entre passado, presente e futuro e o cidadão santa-helenense. Esse exercício de identificação através do memorial, trouxe a tona um aspecto histórico que se encontrava imerso no presente, e dessa forma, possibilita(ou) diversas leituras possíveis, corroborando para que ocorram laços de identidade através da recuperação da memória em torno do Memorial Coluna Prestes.



Figura 8 – Resquícios da Ponte Queimada

Fonte:<http://www.santahelena.pr.gov.br/paginasmenusec.php?id=55&setor=9&setor=9>

7 | O MONUMENTO E A MEMÓRIA EM DISPUTA: O MONUMENTO COMO DOCUMENTO

A palavra monumento, deriva do latim *monere* (“advertir”, “lembrar”), que quer dizer, aquilo que remete a lembrança de algo. Conforme Choay (2001, p.31), “o monumento, acrescido do adjetivo histórico, nasce em Roma, em 1420, configurando-se como obras arquitetônicas remanescentes de épocas passadas”. Por esse motivo, o monumento histórico converte-se em um tema importante, sendo a partir daí elaborado com mais abrangência o conceito de patrimônio cultural e, dessa forma, segundo aponta Santiago (2007), pode se dizer que essa compreensão

“Inicia-se por uma afeição de civilizações antigas por obras do passado. A princípio, chamadas de antiguidades, e depois de monumentos, tais obras começaram a ser entendidas no sentido de patrimônio somente no momento em que se conceitua a história como uma disciplina. Esse sentido, mais tarde, desembocaria na visão de patrimônio histórico, e, nas últimas décadas do século XX, na noção mais abrangente de patrimônio cultural” (SANTIAGO, 2007, p.4).

De acordo com a asserção acima, a respeito do entrelaçamento entre memória, história, monumento e patrimônio cultural, é possível inferir que os objetos “guardados” pelo homem e presentes nos espaços públicos, bibliotecas e museus possuem as relações de produção da sociedade que os criou. Assim sendo, os monumentos possuem significados sociais, pois revelam uma história, e a igual modo que os documentos, são frutos de escolhas e intenção de quem os elabora, sendo assim, constituem-se em territorializações produzidas e levadas a cabo pelo povo, reproduzindo assim, um ponto de vista parcial da história.

Partindo da concepção de que existe um jogo de interesses entre os atores sociais e, ao mesmo tempo, existem muitas memórias em constante disputa na sociedade, é natural que nessa disputa, os grupos busquem se apropriar seletivamente daqueles

elementos de memória presentes na sociedade que podem construir ou favorecer (de acordo a interesses) uma versão hegemônica para este mesmo grupo.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da construção do monumento no município de Santa Helena é uma questão relevante, em primeiro plano, pelo que foi exposto no transcórre deste ensaio, em que pode ser verificado que os monumentos possuem marcadamente caráter político e podem ser objetos de disputas entre grupos distintos e, em segundo plano, porque uma vez submetidos a interpretações contrastantes, revelam a sua natureza política. Outra questão que torna o estudo importante para ser analisado (e/ou reinterpretado) é a razão histórica, pois essa busca pelo passado pode revelar como as identidades individuais e coletivas são formadas, e nesse sentido, as memórias podem definir padrões identitários de uma sociedade.

Através deste estudo pode-se evidenciar o trabalho de reivindicação da memória, que se traduziu na representação por meio da construção e do projeto idealizador em torno de um monumento que buscou fazer a conexão entre passado e presente e, se essa asserção pode ser reconhecida como uma verdade é apta para compreender o contexto social, político e econômico que envolveu o processo da construção do memorial em Santa Helena, evidenciando esse movimento na busca da construção social de uma memória. É prematuro definir que existe uma memória coletiva santa-helenense associada ao Memorial Coluna Prestes, pois o sentido de patrimônio cultural dado ao monumento indica que sua criação é uma invenção, porém, é inegável que a experiência vivenciada na ritualização pode trazer a tona diversas leituras possíveis, corroborando para que ocorra laços de identidade em torno do Memorial Coluna Prestes. Outro fator a ser destacado, é que quando o município de Santa Helena seleciona esse fato histórico, também seleciona aquilo que será considerado história, a saber, aquilo que deve ser lembrado e aquilo que deve ser esquecido.

Ciente da limitação deste recorte, dada à amplitude e multiplicidade da temática que envolve o tema, acredita-se que este artigo pode contribuir para que interessados possam abordar esses lugares de memória no ensino de história e geografia, sobretudo porque auxilia na compreensão e, ao mesmo tempo, promove uma aproximação entre geografia física e geografia humana, superando a velha dicotomia, pois é crucial que se analise os determinantes políticos, culturais e econômicos que produzem as transformações espaciais e as rupturas na paisagem enquanto expressão de um momento da materialidade do espaço geográfico organizado por uma sociedade.

Embora o estudo esteja circunscrito nos limites e possibilidades impostas a um artigo e, principalmente, no que tange aos desafios teóricos e práticos, o mesmo tangencia alguns aspectos conceituais importantes. Nesse sentido, acredita-se que o presente artigo serve de abertura para estudos futuros e possibilita uma reflexão

sobre o que se convencionou chamar de “direito à memória”. Certamente, fazem-se necessários novos e maiores estudos sobre a temática, mas as análises aqui realizadas possibilitaram responder o objetivo proposto para o estudo. Ainda que o raciocínio do trabalho tivesse por função conduzir o leitor à aceitação dessa “verdade”, há uma pergunta que fica sem resposta e que este estudo não pôde dar conta, a saber; se é possível estender ou ampliar a mesma explicação a eventos semelhantes.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BORGES, V. P. **Tenentismo e a revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CANAU, J. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012, 219p.

CHARTIER, R. **A história Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro. Bertrand, 1990.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CURY, Mauro J. F. **Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI): Interconexões, interdependências e interpretações nas cidades da tríplice fronteira – Foz do Iguazu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR)**. Mauro José Ferreira Cury. – 2010. (Tese de Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Setor Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010. 234f.

DEMO, P. **Pesquisa qualitativa. Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo**. Rev.latino-am. enfermagem, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, abr. 1998.

FERNANDES, S. S. **A verdade e a história**. *Revista DaCultura*. 2011. nº 21. Disponível em: http://www.funceb.org.br/images/revista/24_3e0h.pdf - Acesso em: 15/03/2016.

LANGARO, J. F. **Para além de pioneiros e forasteiros: outras histórias do oeste do Paraná/** Jiani Fernando Langaro. - Uberlândia, 2005. 280f

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão... (et al) – 7ª Ed.; Revista - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

NORA, P. **Entre história e memória. A problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo: PUC, vol.10, n. 10, p. 7-28, dez/1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário**. Revista Brasileira de História, nº. 29, 1995.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. In. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François (et al) - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTIAGO, R. P. **Memória e patrimônio cultural em ambientes virtuais**. 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São

Paulo, São Carlos.

SOUZA, Edson Belo C. de. Tríplice Fronteira: fluxos da região Oeste do Paraná com o Paraguai e Argentina. In: Revista Terr@ Plural, v.3, n.1, 2009.

VIVIANI, F. C. **A trajetória política tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922/1932)**. Fabrícia Carla Viviani. – São Carlos - SP: UFSCAR, 2009. 200 f.
TODOROV, T. **Memoria del mal, tentación del bien. Indagación sobre El siglo XX**. Barcelona: Ediciones Península, 2002.

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Helena_\(Paran%C3%A1\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Helena_(Paran%C3%A1)) - Acesso em: 15 Out. 2015.

Fonte: <http://www.focosh.com.br/v2/materias.php?id=10901> - Acesso em: 21 Out. 2015.

Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/paginasmenusec.php?id=56&setor=9&setor=9> - Acesso em: 21 Out. 2015.

Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/paginasmenusec.php?id=56&setor=9&setor=9> - Acesso em: 03 Jan. 2015.

Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=412350> - Acesso em: 03 Jan. 2016.

Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/noticiasmenudir.php?id=30> - Acesso em: 03 Jan. 2016.

Fonte: <http://terceiraopensandoaltohbr.blogspot.com.br/search?q=coluna> - Acesso em: 12 Jan. 2016.

Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/noticiasmenudir.php?id=30> - Acesso em: 13 Jan. 2016.

Fonte: <http://terceiraopensandoaltohbr.blogspot.com.br/search?q=coluna> - Acesso em: 22 Fev. 2016.

Fonte: <http://www.santahelena.pr.gov.br/paginasmenusec.php?id=55&setor=9&setor=9> - Acesso em: 12 Jan. 2016.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-019-3

